

Hispanismo e relações luso-brasileiras: a última cruzada contrarrevolucionária de António Sardinha

*Hispanism and Portuguese-Brazilian relations:
the last counterrevolutionary crusade
of António Sardinha*

*Hispanismo y las relaciones luso-brasileiras:
la última cruzada contrarrevolucionaria
de António Sardinha*

Ana Isabel Sardinha Desvignes*

Resumo: Entre os anos de 1922 e 1924, António Sardinha (1887-1925) debatia-se com questões políticas e intelectuais de capital importância para a compreensão da evolução que mais uma vez, mas desta feita derradeiramente, se operava no seu espírito: hispanismo, aproximação ao Brasil, latinidade e devir da Contrarrevolução. O que pretendia Sardinha com a “utopia” hispânica? Que latinidade era a sua? Como se integrava o Brasil em toda esta reflexão? E sobretudo: que Contrarrevolução era esta? A estas e outras questões procurará responder o presente estudo.

Palavras-chave: hispanismo; Brasil; contrarrevolução; catolicismo hispânico; Ordem Nova

* Professora Adjunta de Etudes Lusophones, Département d’ Etudes ibériques et latino-américaines, EILA, Université Sorbonne Nouvelle – Paris 3, CREPAL (Centre de Recherches sur les pays lusophones, Sorbonne Nouvelle – Paris 3). É doutora em História moderna e pela Universidade de Lisboa, *Maitre de Conférences* (professora adjunta) da Universidade da Sorbonne Nouvelle – Paris 3, Departamento de Estudos Ibéricos e Latino-Americanos, Instituto de Estudos Lusófonos. Desenvolve atualmente investigação no domínio da História política e cultural. Áreas de trabalho: circulação de saberes e práticas políticas e culturais (Portugal, França, Brasil), Integralismo lusitano e Autoritarismos europeus, edições de correspondências políticas. Seleção de publicações: *António Sardinha (1887-1925): Um Intelectual no Século* (Imprensa de Ciências Sociais, 2006); *Correspondência de António Sardinha para Ana Júlia Nunes da Silva (1910-1912)* (Universidade Católica Portuguesa, 2008). <anasardinha@orange.fr>. Associate Professor in Etudes Lusophones, Département d’Etudes et ibériques Latin américaines, Eila, Université Sorbonne Nouvelle – Paris 3, CREPAL (Centre de Recherches sur les pays lusophones, Sorbonne Nouvelle – Paris 3). She has a PhD in Modern History from the University of Lisbon, is *Maitre de Conférences* (assistant professor) at the University of Paris Sorbonne Nouvelle 3, Department of Iberian and Latin American Studies, Institute of Lusophone Studies. She currently develops research on Political and Cultural History. Main themes: circulation of knowledge and political and cultural practices (Portugal, France, Brazil), Lusitanian Integralism and European authoritarianism, edition of political correspondences. Selection of publications: *António Sardinha (1887-1925): Um Intelectual no Século* (Imprensa de Ciências Sociais, 2006); *Correspondência de António Sardinha para Ana Júlia Nunes da Silva (1910-1912)* (Universidade Católica Portuguesa, 2008). <anasardinha@orange.fr>.

Abstract: Between 1922 and 1924, António Sardinha (1887-1925) faced political and intellectual issues of great importance to comprehend the evolution that once more, although this time ultimately, operated on his spirit just a few years before his precocious death: hispanism, approximation with Brazil, Latinity and the future of the Counterrevolution. What did Sardinha intend with his Hispanic “utopia”? What was, in Sardinha’s mind, the real meaning of Latinity? How did he integrate Brazil in this reflection? And above all: what was this new Counterrevolution ideal? These and other questions, this study will seek to answer.

Keywords: Hispanism; Brazil; Counterrevolution; Hispanic Catholicism; New Order

Resumén: Entre los años 1922 y 1924, António Sardinha (1887-1925) luchaba con temas políticos e intelectuales de importancia crucial para la comprensión de la evolución que una vez más, pero esta vez finalmente, se operaba en su espíritu: el hispanismo, acercamiento a lo Brasil, la latinidad y el futuro de la contrarrevolución. ¿Que pretende Sardinha con la “utopía” hispánica? ¿Cuál era su Latinidad? ¿Cómo se integraba el Brasil a lo largo de esta reflexión? ¿Y sobre todo: que contrarrevolución era esta? Estas y otras preguntas tratará de responder este estudio.

Palabras clave: hispanismo; Brasil; contrarrevolución; catolicismo hispánico; Orden Nova

Não nos esqueçamos nunca de que nós os hispanos, quando praticamos atos nacionais, praticamos invariavelmente atos universais (SARDINHA, 1943, p. 245).

Nascido no final de um século que até ao fim da sua curta vida (1887-1925) nunca deixaria de criticar, António Sardinha é simultaneamente uma das mais polémicas e mais enigmáticas figuras da história intelectual portuguesa da primeira metade do século XX.

Voluntariamente extremista na forma violenta com que “defendeu ideias e princípios”, entendeu sempre a sua obra como a “destruição de lugares-comuns” (RAMOS, 1994, p. 543). Por “lugares comuns” o escritor visava globalmente todo o ideário fabricado pela Revolução Francesa, gerador, nas suas próprias palavras, da “superstição democrática”, da “mentira plutocrática e revolucionária”, das “abstrações tirânicas do liberalismo” e do romantismo revolucionário. Apoiado na retórica típica do discurso do extremismo de direita, fustigando todo o pensamento progressista europeu desde a Reforma, passando pela Enciclopédia e Revolução de 1789, Sardinha revisitou e reescreveu continuamente a História: a das ideias e a dos homens. Em tal processo, não via qualquer contradição ou sinal de inconstância intelectual e política. O seu revisionismo era moderno, pensava ele, juntamente com os seus companheiros integralistas. Revolucionários e modernos,

ou antes, “ultramodernos”, formulação que Sardinha fora beber em Maritain.

O “apostolado” hispânico, isto é, a apologia da necessidade de uma “aliança peninsular” inscreve-se nesta lógica. E é o exílio de Sardinha em Espanha, entre 1919 e 1921, na sequência da abortada tentativa de restauração 1919, que o vai de algum modo suscitar. A Espanha era então uma “revelação”, como o atesta esta carta a sua mulher em 1920:

Passei hoje o dia em Alcalá. Alcalá fica a uma hora de Madrid. Nunca supus que fosse uma cidade tão interessante. Cada cidade espanhola tem o seu encanto, – um encanto muito próprio, muito inconfundível. Alcalá é a Renascença espanhola, a Renascença do cardeal Cisneros, toda embevecida de espírito cristão e solene. É uma cidade de bispos e de humanistas. Lá fui encontrar no mais lindo salão que os meus olhos têm visto, – salão moçárabe com os seus oiros tão vivos, como se fossem de agora –, as nossas queridas armas de Portugal. Castela está cheia do brasão das Quinas. Só esse aspeto da passagem da nossa Raça por esta Espanha tão caluniada, – só esse aspeto me daria a mim um livro curiosíssimo!¹

De olhos postos na Espanha e na América hispânica Sardinha debruçou-se também, e naturalmente, sobre o Brasil, tentando compreender até que ponto a aliança entre os povos de tradição hispânica seria viável. No final da sua vida Sardinha parecia ter assim encontrado neste tema um novo e fértil terreno para novas reflexões. Não era a primeira vez que se entusiasmava por mais uma causa polémica e incômoda. Mas seria com efeito a última.

A derradeira cruzada hispânica do escritor integralista continuava por seu turno a inscrever-se numa outra e mais velha batalha, a da defesa do Tradicionalismo. A única diferença – deveras considerável, de resto –, é que o escritor integralista entendia agora revisitado o Tradicionalismo à luz da obra de renovação política e espiritual do Ocidente que, em sua opinião, competia aos povos hispânicos e de tradição hispânica emprender.

Tais são as questões que procuraremos discutir neste artigo, tentando não perder de vista que elas são também as faces de uma mesma e recorrente preocupação de António Sardinha ao longo da sua curta vida: pensar a Contrarrevolução.

¹ Carta de 20.03.1920, António Sardinha para Ana Júlia Sardinha, Arquivo privado da Família António Sardinha.

A utopia hispânica de António Sardinha

Em *Aliança Peninsular*, de 1924, última obra produzida em vida, António Sardinha sustentava que se a “individualidade geográfica e étnica” de Portugal e Espanha era indiscutível, tal fato nem por isso constituía um obstáculo à “aliança” entre as duas nações peninsulares. Esta convicção, lembrava o escritor, não era de todo nova na sua obra. Com efeito, logo em 1915, nas conferências da Liga Naval, referindo-se aos particularismos geográficos e nacionais distintivos das duas nações, mas também à necessidade de uma diplomacia e política estrangeiras suscetíveis de conduzir Portugal e Espanha a uma colaboração mais estreita na defesa dos comuns interesses, Sardinha deixara bem claro o seu pensamento: “A fórmula de amanhã em política exterior há-de ser, sem dúvida, não união ibérica mas aliança peninsular” (SARDINHA, 1916, p. 27). Do mesmo modo, e como assinala ainda Sardinha, num artigo de 1917 publicado na *Monarquia* e intitulado “O Nosso Futuro” (SARDINHA, 1927, p. 119-130), a mesma ideia se perfilara: “Debruçado para o Atlântico, no dia em que à fórmula estulta de *união ibérica* se substituir a fórmula consciente e erguida de *aliança peninsular*, Portugal, ligado à Espanha pela mesma finalidade exterior, recuperará novamente o senso adormecido da sua antiga vocação mundial” (SARDINHA, 1916, p. 128).

Aludindo, na obra de 1924, à “antiguidade” da sua crença hispânica, António Sardinha defende-se também, e constantemente, de supostas intenções dúbias. Não se tratava – insiste o escritor –, da defesa de uma qualquer “unidade dinástica ou de governo”. O seu hispanismo assentava na proposta de “dualidade de soberania na unidade dos comuns interesses políticos de expansão e defesa” (BRAGA, 1943, p. 74). Tudo inscrito na “aliança” com as culturas hispano-luso-americanas geradas pela Península Ibérica. Na ótica de António Sardinha esta natural e indispensável aliança deveria contribuir para ultrapassar o “espectro do Iberismo – avantesma inconsistente (...), impossibilitando aquela aproximação que tanto para Espanha como para Portugal, é a condição imprescindível do seu desejado ressurgimento!” (SARDINHA, 1924, p. 64).

Convencido de que o que aproximava Portugal de Espanha era mais do que aquilo que opunha as duas nações, decidido a destruir a “lenda negra que se prende com os ressentimentos portugueses contra Castela” (SARDINHA, 1924, p. 261) na qual lamentava ter também acreditado, Sardinha não defende menos a ideia de que a *unidade* entre

os dois países “não reside, nem nunca residirá, em termos violentos de incorporação ou de conquista.” (SARDINHA, 1924, p. 63). Assim o afirma:

À individualidade geográfica da pátria portuguesa, conforme ficou definida por autorizados depoimentos da ciência oficial espanhola, correspondia em toda a sua amplitude um fundo étnico, tipificado por diferenças que, se o aproximavam das mais populações hispânicas, lhe imprimiam, todavia um particularismo muito seu, que o não deixava, por outro lado, confundir-se inteiramente com elas. Donde o resultar bem nitidamente que a separação política de Portugal e Espanha tira as suas raízes de circunstâncias mais fortes que a ambição dos nossos príncipes, como pretendia Alexandre Herculano, – ou que o simples capricho do deus Acaso, como queria Oliveira Martins num negativismo para lamentar em tão alto e claro espírito! (SARDINHA, 1924, p. 106).

Neste sentido, ao defender a “unidade espiritual” que acreditava unir as duas nações, Sardinha entendia também o hispanismo como sinônimo de “salvaguarda do tipo superior de civilização criado e difundido tanto por Castela, como por Portugal” (SARDINHA, 1924, p. 297). Recordando o papel das duas nações no combate ao avanço muçulmano durante a Reconquista, Sardinha identificava a conjunta ação luso-castelhana com uma espécie de missão sagrada: a da própria salvaguarda da “*ordem europeia*.” (SARDINHA, 1924, p. 298). Na sua ótica, as duas nações peninsulares haviam “salvo” a Europa e, designadamente, a “civilização latina”, da “subversão” que representaria a resistência árabe à Reconquista (SARDINHA, 1924, p. 298). Não era outra, acrescentava o escritor, a vocação que a “a Península já trazia consigo desde recuados tempos” (SARDINHA, 1924, p. 298).

Luís de Almeida Braga, que passaria muito da sua vida e obra a explicar pedagogicamente o projeto de Sardinha, definiu a essência do seu pensamento hispanista em linhas que vale aqui lembrar:

Deslumbrado pelo esplendor da unidade cultural, pelo paralelismo social e político das duas pátrias peninsulares, a António Sardinha ia caber ainda a iniciativa de dar os primeiros passos a favor dum mais íntimo conhecimento entre Espanha e Portugal. (...) Tendo presente que se Castela nos cobiou, também cobiamos Castela, não podia aceitar que a independência de Portugal assentasse no ódio à Espanha. O que apaixonou Sardinha é a unidade cultural, moral, sentimental da Península, é a sede de Absoluto que nos irmana e

leva de cruz alçada pelo escuro mar das tormentas à verde terra do Novo Mundo. (...) Aprofundando os seus juízos, vê-se que é o brilho de Portugal em Espanha o que o exalta e deleita; que todo o seu encanto consiste em descobrir ali o que ele chama enlevadamente o *selo da Raça*, o selo inapagável das nossas virtudes e do nosso querer (BRAGA, 1943, p. 76-78).

Hispanismo era, pois, e sobretudo, uma questão de unidade espiritual tecida pela História e o Catolicismo peninsulares, e não de unidade geográfica ou física. No espírito de António Sardinha não havia confusão possível. Identificando-o com *peninsularismo*, isto é, com “sede insensata de Absoluto” (SARDINHA, 1924, p. V), paralelismo e equilíbrio perfeitos entre as duas nações, o escritor não parece duvidar da legitimidade de tão “natural” aliança.

A questão hispanista, tal como Sardinha a definiu e não chegou a discutir na arena nacional, envolvia todo um programa de revisão histórica ou, antes, e nas palavras do próprio escritor, de “retificação necessária”. Esse programa passava, como já aqui se evocou, pela desconstrução daquilo que Sardinha identificava como um pesado lugar-comum da História nacional: o da “patrioteirice” que alimentara o ódio nacional à Espanha. Em *Aliança Peninsular* consagra assim numerosas páginas, e uma particular energia retórica, à revisão do relacionamento luso-espanhol nos períodos mais críticos da história das duas nações.

Ao longo destas mesmas páginas de revisão histórica, e a pretexto delas, Sardinha não deixa também de repetidamente martelar a mesma ideia: a da “Contrarrevolução” que necessário era conduzir, em simultâneo, nas duas pátrias hispânicas, Portugal e Espanha. Nesta insistência se cristaliza um aspeto capital do seu pensamento nos últimos anos de vida. Mas que contrarrevolução era de fato a sua? A da restauração da monarquia orgânica e tradicionalista em Portugal e, por alargamento, também nas nações sul-americanas? Pouco provável. Lidas as suas últimas páginas, duvidar é pelo menos lícito.

A pregação hispânica de Sardinha é, com efeito, a oportunidade por excelência para repensar os termos da Contrarrevolução que se propõe levar a cabo. E neste ponto convém que nos detenhamos um pouco. Sardinha nunca duvidará da “perfeição” da monarquia social, a dos Municípios e das Corporações. Tampouco, recorde-se, porá Sardinha em causa a legitimidade de Dom Duarte Nuno de Bragança, reconhecida em 1920 pela Junta Central do Integralismo Lusitano e o Partido Legitimista, quando das negociações que ficaram sendo conhecidas por *Acordo de Bronnbach*. Mas a desastrosa aventura restauracionista

de 1919 e, sobretudo, o Pacto de Paris alteraram em profundidade as relações de Sardenha com o regime e as dinastias monárquicas. E, de algum modo também, a sua confiança no futuro imediato e supostamente “radioso” da monarquia em Portugal.

Assinado em 17 de abril de 1922 entre os dois ramos da Casa de Bragança, o Pacto de Paris convidava os monárquicos das diversas fações a reconhecerem D. Manuel II como rei, sem, no entanto, designar D. Duarte Nuno como seu sucessor já que, estipulava o referido Pacto, na falta de herdeiro direto o sucessor seria indicado pelas *Cortes Gerais* da nação portuguesa. Confrontada com estas diretivas, que desagradam, mas que não entende publicamente contestar para não debilitar as forças monárquicas, a Junta Central do Integralismo, logo em maio de 1922, suspenderia a sua atividade, bem como a publicação do jornal *A Monarquia* (RAMOS, 1943, p. 193-195). A partir deste verdadeiro eletrochoque, decidido a transformar-se exclusivamente em escola de pensamento, o Integralismo, e sobretudo aquele que Sardenha entende praticar, sofre como que um processo de refundação. A monarquia orgânica antiparlamentar e antidemocrática deixa de ser um fim em si. É tempo de a Contrarrevolução dar a si mesma meios mais pragmáticos para tentar conquistar o poder e os espíritos. E é isso que António Sardenha vai tentar fazer, usando a meditação hispânica como terreno ideal.

Nesta acepção, rever e reformar o Estado que, escrevia Sardenha em 1924, “tem sido, entre os peninsulares a origem de todos os males, porque não pretende identificar-se com as pulsações da coletividade” (SARDINHA, 1924, p. 371), é algo que se converte em evidente prioridade política. O escritor integralista tem uma ideia clara do que este Estado deverá representar, uma vez encetada a necessária reforma que ele equipara a uma “operação cirúrgica.” Para este Estado Sardenha já tem mesmo uma sonante designação:

Estado novo na pátria velha! Estado orgânico na sociedade organizada, ou melhor: Estado antiparlamentar e descentralizador, tão forte e unitário no *político* propriamente dito, como des congestionado e simplificado no *económico* e no *administrativo*. A rutura, conseqüentemente, com os modelos recebidos da farmacopeia individualista da Revolução, incapazes de abraçarem a complexidade das questões trazidas para a ordem do dia pela Guerra Europeia e pela tragédia russa (SARDINHA, 1924, p. 371).

Mais páginas se consagram em *Aliança Peninsular* à definição do papel do Estado na vida dos povos peninsulares (SARDINHA, 1924, p. 369-372). O modelo corporativista e autoritário ocupa na mente de

Sardinha um espaço cada vez mais importante, surgindo como a solução política incontornável para o país.

A reforma do Estado, mais do que a natureza do regime, desdobrava-se por seu turno numa outra reforma que Sardinha considerava urgente para as duas nações peninsulares e as suas derivadas hispano-americanas. Assim o escreve, no penúltimo capítulo de *Aliança Peninsular*: “O que importa (...) é que se opere quanto antes, tanto em Portugal como em Espanha, a necessária reforma intelectual, atrás da qual virá a reforma política indispensável” (SARDINHA, 1924, p. 375).

A “reforma intelectual” era com efeito a outra vertente da Contrarrevolução que Sardinha entendia conduzir. Significava ela todo um processo de renacionalização dos espíritos e das instituições, ou melhor, aquilo que o escritor identificava como sendo a própria “restauração na Península dos direitos da sua História.” (SARDINHA, 1924, p. 368) Não era outro, de resto, o sentido do muito garrettiano conselho que o escritor lançava em *Aliança Peninsular*: “Urge que a Espanha se espanholize e que Portugal se lusitanize” (SARDINHA 1924, p. 368).

Para Sardinha um tal programa implicava um radical corte mental com a Europa “desenraizadora” e, em particular, com a herança da cultura e civilização francesas de que ele próprio sabia ser uma emanção. De olhos postos na comum História peninsular, a da Reconquista cristã, a da era medieval, sinónimo de liberdades municipais protegidas pelo poder real, mas também na da História peninsular de além-mar, negando o legado da Renascença e da Revolução, e a própria “latinidade” vista de França ou de Itália, Sardinha estava no final da sua vida a propor uma curiosa mudança de rumo histórico aos povos peninsulares: a de uma espécie de “virar as costas” à Europa produtora de ideologias e espiritualidades alheias à cultura e tradições sociais, políticas e religiosas da velha Hispânia. Para Sardinha, o corte mental com a Europa e o que ele implicava era viável, porque a civilização hispânica se encontrava, na sua ótica, superiormente armada para desempenhar um lugar de hegemonia da nova ordem mundial que se perfilava. “O que criámos e generosamente doámos à humanidade” (SARDINHA, 1924, p. 368), isto é, o legado civilizacional das nações ibéricas, eram para o escritor provas irrefutáveis dessa “superioridade”. Ao reforçar esta convicção e também a ideia de uma missão a cumprir no mundo, exclusivamente reservada à Península, Sardinha socorre-se de Oliveira Martins na *História da Civilização ibérica*, de 1879. Vale recordar a própria citação que dele faz em *Aliança Peninsular*:

Que papel destina o futuro à Península, e qual será a fisionomia dessas idades vindouras ? A História não é profecia; mas o estudo das ideias passadas deixa entrever muitas vezes as probabilidades futuras; e, quando através de todas as crises, no meio dos ambientes mais sistematicamente adverso, observámos que o heroísmo peninsular soube vencer tudo com a sua energia, somos levados a crer que o papel de apóstolos das futuras ideias está reservado aos que foram os apóstolos da antiga ideia católica (SARDINHA, 1924, p. 445).

António Sardinha não se detém a meditar no que para Oliveira Martins poderiam significar as “futuras ideias” que aos Peninsulares caberia difundir. Basta-lhe neste juízo aquilo que mais diretamente serve o seu raciocínio, ou seja, a martiniana apologia das virtudes peninsulares e do universalismo que lhes seria próprio. Daí à muito pessoal ideia da Península “salvadora” do Ocidente é um passo que Sardinha não hesita em franquear. Com efeito, para ele, a nova Hispânia – conjunto das duas nações peninsulares e dos seus povos “abraçados à mais pura essência do Cristianismo” representaria, pela sua história religiosa e política, pela particular psicologia das suas gentes, a “única muralha sólida com que se pode abaluartar a sorte ameaçadíssima do Ocidente” (SARDINHA, 1924, p. 242). Só assim, e por “vontade de Deus”, de novo “poderiam os hispanos “atirar-se resolutamente ao encontro do futuro”, preparar “uma nova idade do Mundo. Idade neo-christã – idade restauradora do espírito, idade que Oliveira Martins já entrevia dentre as névoas do seu pessimismo filosófico.” (SARDINHA, 1924, p. 242).

Tal era pois o sentido da urgente “reforma intelectual” a operar nos espíritos. Tal era também o sentido dos acentos proféticos com que Sardinha vestia o hispanismo. De certo modo era o próprio mito da superior vocação e missão de Portugal no mundo que o escritor revisitava e interpretava, alterando-lhe a geografia e, conseqüentemente, a dimensão. Associando a Península e a América hispânica num mesmo desígnio e futuro, Sardinha tentava porventura viabilizar o velho substrato mítico nacional, convertendo-o numa realidade civilizacional.

Por detrás de toda esta elaboração intelectual é também o próprio sentido da Contrarrevolução que volta a assomar. Nos anos de 1922-1924, mais do que alterar regimes, importa claramente para Sardinha contribuir antes para a promoção de um clima moral e espiritual. Esse clima, ou melhor, essa propagação da “lei do espírito”, missão transcendental a cumprir pelas culturas hispânicas, era naturalmente extensível à América hispânica, espanhola e portuguesa. É que se

hispanismo era para Sardinha sinônimo de “fórmula de aproximação peninsular”, Hispano-americanismo não era menos importante no dispositivo político e intelectual que se ia assim fabricando. Significava ele, “convergência necessária para o mesmo ponto de defesa e de desenvolvimento das diversas nacionalidades hispânicas do Novo mundo.” (SARDINHA, 1924, p. 438). No último capítulo de *Aliança Peninsular*, intitulado “Mare nostrum”, Sardinha definia assim o sentido e essência das relações peninsulares com as nações sul-americanas:

O que pode e há de aproximar o Brasil de Portugal é o que pode e há de aproximar da Espanha as nacionalidades hispano-americanas: a guarda e o prestígio dum tipo de civilização que a todos os hispanos igualmente pertence e que, sendo a razão a base fundamental da sua razão de ser como pátrias livres é, simultaneamente, como simples “programa de conservação”, – o “programa de conservação”, em que Moniz Barreto insistia pelo que tocava a Marrocos – a afirmação dum natural e irresistível *supernacionalismo* (SARDINHA, 1924, p. 444-445).

Na ótica do Sardinha final, este *supernacionalismo* – conceito do qual Salazar de algum modo se reapropriaria durante a Guerra Civil espanhola e as complexas relações entre os dois países (LOFF, 2008, p. 365-375) – era o equivalente de “aliança, liga, anfictionia.” (SARDINHA 1924, p. 444-445). Para o escritor integralista só esse *supernacionalismo* poderia conduzir a Espanha e Portugal a recuperarem na Europa a supremacia perdida. Só ele poderia também representar para as “pátrias” da América do Sul que da Península derivavam, “aplanadas as arestas que externamente as suscetibilizam e trazem num estado de desconfiança permanente”, a possibilidade de alcançarem, enfim, “o esplendor e a supremacia para que Deus as convocou.” (SARDINHA, 1924, p. 444-445). O *supranacionalismo*, que Sardinha advogava como fórmula política ideal para a Península e para as nações americanas, surgia-lhe assim como uma evidência: “outro não é o conteúdo da civilização hispânica, outra não é a política do Atlântico, *mare nostrum*” (SARDINHA, 1924, p. 445), escrevia então. Negar este “programa de conservação” seria condenar-se, a curto prazo, à morte política e econômica já que, “divididas, cultivando a mediocracia, vítimas do erro democrático e dum latinismo mentiroso” (SARDINHA, 1924, p. 444-445), as nações peninsulares e hispano-americanas não pareciam, aos olhos, de Sardinha, ter futuro.

Para apoiar mais este juízo, o escritor integralista recorria ao livro *Del poder naval en España* publicado em 1898 por Joaquín Sánchez de Toca (1852-1942), intelectual e homem político espanhol. José Cervera Pery resume assim a teorização de Toca:

Para Sánchez de Toca, entre las realidades creadas por nuestra historia la primera de ellas es la existencia de la nacionalidad hispanoamericana. Sin los ideales de esta nacionalidad, el desarrollo de nuestra nación tendría serias dificultades, y reconoce que daños sin cuento y catástrofes tremendas han afligido a España por haber carecido de unas fuerzas marítimas proporcionales a la magnitud de su imperio; la flaqueza del poder naval fue durante el Antiguo Régimen la causa principal en el desquiciamiento del soporte económico en la nacionalidad de la metrópoli y en sus virreynatos americanos (CERVERA PERY, 2008, p. 13).

Sánchez Toca não engloba, na sua reflexão sobre a “nacionalidade hispano-americana”, as nações de língua portuguesa. A sua atenção está exclusivamente virada para os destinos de Espanha e da América espanhola. Sardinha não o ignorava, claro. A meditação de Toca serve-lhe apenas de referência para a necessária revisão das relações peninsulares com a América hispânica e para o afinamento do seu próprio conceito de *supranacionalidade*.

Para Sardinha, entretanto, o futuro deste bloco hispano e hispano-americano repousava antes de mais nada no exemplo político, social e religioso que a Península fosse capaz de encarnar e difundir. Nesta ótica, parecia-lhe vital que as duas nações ibéricas regressassem àquilo que as individualizara no mundo ocidental: uma organização social apoiada no município e nas liberdades municipais e coletivas tal como tinham sido garantidas pelas monarquias medievais. Só o tradicionalismo peninsular, corporativista por natureza, isto é, apoiado nas células e solidariedades regionais, profissionais e familiares poderia, pensava ele, fornecer o figurino ideal para refundar e consolidar as relações entre as várias nações do bloco. Só ele preservaria assim o indivíduo da tutela/ingerência do Estado e do individualismo gerado pelas democracias e o partidarismo. Só ele poderia enfim “salvar” também do comunismo e do socialismo, ideologias exógenas e contrárias à tradição e “psicologia” peninsulares.

Em tudo isto se plasmava mais uma vez o sentido da Contrarrevolução que Sardinha entendia exportar para a América hispânica e, em particular, para o Brasil. Neste propósito, o Estado e a Sociedade

organicamente concebidos, fundados na ordem natural, imposta pela lei de Deus, eram mais importantes do que o regime que eventualmente os viesse a acolher. Neste final de vida, Sardinha falava de “Ordem Nova” – espiritual, religiosa, política –, e não tanto de Monarquia ou de República. O hispanismo era pretexto para pensar essa Ordem Nova de que as civilizações hispânicas – espanhola, portuguesa e suas derivadas –, seriam as fundadoras por excelência.

O catolicismo hispânico

A coroar toda esta reflexão vinha o catolicismo, ou antes, o catolicismo hispânico. Procurando individualizá-lo Antônio Sardinha insistia na relação particular e única dos hispanos com a Vida e a Existência, relação essa que, para ele, teria sido já claramente demonstrada por Oliveira Martins e Moniz Barreto (SARDINHA, 1943, p. 198).

Para enquadrar a sua reflexão, Sardinha recorre desta feita ao tomismo e, sobretudo, aos pensadores neotomistas franceses, que muito o seduzem nestes anos que não sabe ainda serem os últimos da sua vida. Assim, usando as palavras do padre Garrigou-Lagrange, destacado pensador do neotomismo francês, e em particular a sua distinção entre “indivíduo/individualidade e “pessoa/personalidade” Sardinha entende aplicá-las à compreensão da própria história religiosa peninsular. Conotada com a “matéria, o corpo, o instinto”, a “individualidade” conduziram assim à supremacia do “viver egoísta”, “das paixões”, do homem que, transformado “no centro de tudo, termina por ser o escravo de mil bens passageiros que nos trazem um prazer de momento.” (SARDINHA, 1923, p. 198)². Inversamente, a “personalidade” proviria da alma que, “elevando-se acima do mundo sensível se prende mais estreitamente pela inteligência e pela vontade ao que constitui a vida do espírito” (SARDINHA, 1943, p. 198).

A singularidade do catolicismo hispânico assentava no fato de ele ter sabido perfeitamente operar aquela distinção essencial. Assim se explicava que tivesse conseguido também “criar” uma civilização única, mas vocacionada para o universalismo: a peninsular. Leia-se este passo de Sardinha em “Madre Hispânia” escrito em outubro de 1924 a

² Sardinha citava neste passo o padre Réginald Garrigou-Lagrange exprimindo-se em *Le Sens commun. La Philosophie de l'être et les Formules dogmatiques*, 3^e édition revue et corrigée, Mayenne, impr. Charles Colin, 1922.

escassos meses da sua morte em janeiro de 1925, mas apenas publicado em 1934³:

Pelo aferro dos hispanos à Ideia absoluta de Vida se compreende e explica aquilo que destaca a sua história da história das outras nações europeias – suas sucessoras na condução e hegemonia do mundo. Enquanto elas se baseiam na noção de ‘indivíduo’, os hispanos basearam-se sempre, por condição peculiar da sua índole, na noção de ‘pessoa’. Se recorrermos (...) à distinção que o Tomismo nos fornece entre ‘pessoa’ e ‘indivíduo’, abrangeremos sem dificuldade como o nacionalismo dos hispanos – centripeto, acumulador por excelência teria de ser universalista – aditivo portanto, ao passo que o nacionalismo de ingleses e alemães – individualistas por pecado original seria centrífugo, atômico, substrativo como consequência. Eis o motivo bem palpável porque nós fundámos ‘nacionalidades’, não conseguindo os outros povos, que enfática e empavonadamente (sic) se intitulam de ‘colonizadores’, ir além de ‘colônias’ e, quando muito de ‘Estados’, cujos fundamentos assentaram no extermínio sistemático dos povos indígenas. (SARDINHA, 1943, p. 198).

Partindo da sua interpretação da singularidade e exemplaridade do catolicismo hispânico, Sardinha inventava aqui um curioso nacionalismo “universalista” próprio dos Hispanos e que se traduziria na própria vocação apostólica dos povos peninsulares. A prova deste “universalismo” estaria na própria ação colonizadora peninsular que Sardinha apresentava sob risonhos contornos, anunciadores de Gilberto Freyre e das amenidades lusotropicalistas que o sociólogo brasileiro atribuiria ao modo português de “estar e colonizar”.

Ninguém ignora a caça inexorável ao indígena que nos Estados Unidos caracterizou o período colonial, prolongando-se sem reboço pela vida da já independente república norte-americana. Graças à proteção da Coroa, influenciada beneficentemente pelas sugestões cristãs dos missionários, o indígena viu-se tratado de modo diverso nas regiões ocupadas por portugueses e espanhóis. Daí o orgulharmo-nos com justo desvanecimento de havermos trazido a uma sociabilidade superior a povos com que nos defrontámos nas terras por nós descobertas, enquanto sucedia o inverso com os colonos saídos da Grã-Bretanha (SARDINHA, 1924, p. 323-324).

³ O texto corresponde ao discurso pronunciado por António Sardinha em Badajoz, outubro de 1924, por ocasião das celebrações da *Festa da Raça*, uma efeméride criada em 1900 na sequência da fundação da União Ibero-americana. Os editores de Sardinha lembram para este texto que o escritor não o teria terminado e nem sequer chegado a rever as provas que lhe tinham sido enviadas para Elvas. O texto surge publicado em 1934, em *A “Prol do Comum...” Doutrina e História*.

Gilberto Freyre, com efeito, não ficaria insensível à pregação hispânica do integralista português, apesar de contestar a ideia da suposta “suavidade” da colonização espanhola⁴. Ao imperialismo português de prestígio, “espiritual”, que Sardinha apresentava e defendia em *Aliança Peninsular*, a esse, em contrapartida, Freyre prestaria a máxima atenção.

Tal era o essencial da “utopia” hispânica que Sardinha construía no final da vida e em nome da qual encetara um radical processo de revisão histórica. No hispanismo assim concebido se albergava também um processo de revisão, não da sua crença na monarquia orgânica e tradicionalista, mas tão só – e não era pouco –, da sua viabilidade imediata. Não teve tempo de afinar ideias, intuições. Mas não duvidava, manifestamente, de que estava no caminho certo.

Vejamos agora o papel que no dispositivo *peninsularista* assumia o Brasil, que tanto começava a interessar António Sardinha nos anos de 1923 e 1924.

A “Lição do Brasil”, segundo António Sardinha

Contrariamente ao que afirmou um tanto apressadamente Franco Nogueira em 1972, na sua denúncia do hispanismo do polémico escritor integralista, Sardinha “viu” para além da Península e não “desdenhou” o Brasil (NOGUEIRA, 1971 p. 390), indispensável dentro da aliança que pretendia ver tecida entre a Península e os povos hispano-americanos. Poderá ter “sentido” menos a África portuguesa e a sua imediata “utilidade”, mas, e ao contrário dos que sugere também Franco Nogueira, não lhe negou importância no quadro da missão civilizadora de Madre Hispânia (NOGUEIRA, 1971, p. 389).

⁴ Ver dissertação de mestrado de George Gomes, *António Sardinha. Du Séparatisme hostile à l'Aliança Peninsular (1915-1924)*, Paris, École Pratique des Hautes Études, 2011, 172 páginas. Sobre as relações de Sardinha com o lusotropicalismo, afirma Gomes, p. 148: “Il est difficile de ne pas voir dans cette lecture du colonialisme luso-espagnol en Amérique du Sud traité par Sardinha la préfiguration de la thèse lusotropicaliste du sociologue brésilien Gilberto Freyre (1900-1987), si utile à Salazar, à partir des années 1950”. Ver igualmente nota 478, da mesma página: “C’était apparemment la notion d’hispanisme’ développée par Sardinha dès ses articles d’exil qui retint l’attention de Freyre. En 1924, il demanda à Sardinha de rédiger un article ‘O Brasil-Nação hispânica’, montrant la place du Brésil dans la famille et dans le mouvement hispanique). Et après que Sardinha lui eut fait parvenir *A Aliança Peninsular*, Freyre le remerciait en le félicitant pour ses ‘pages fortes et pointues, grâce auxquelles j’ai beaucoup appris sur un sujet qui depuis des années me passionne [...] C’est un livre d’une très grande richesse’ (ibid., p. 424). Il est légitime de penser que les thèses lusotropicalistes de Freyre aient été largement influencées par cette ‘richesse’. A l’image du Sardinha de 1915, mais à la différence de celui de *Aliança Peninsular*, Freyre percevait l’impérialisme espagnol comme l’impérialisme brutal par excellence et donc l’exemple type d’un impérialisme inverse à celui qui fut pratiqué par les Portugais.”

“Em plena pregação tradicionalista e hispânica despediu-se [António Sardinha] deste mundo com os olhos voltados para nós, hispanos da América” (SOUSA, 1952, p. 106). Assim escrevia, com efeito, e em 1952, o intelectual católico brasileiro José Pedro Galvão de Sousa (1912-1992) na revista *Reconquista*, porta-voz do tradicionalismo católico no Brasil. Tinha razão Galvão de Melo: o hispanismo de António Sardinha encontrara no Brasil a sua plenitude, ou, se se preferir, uma outra forma de legitimidade. O país irmão mereceu-lhe assim muitas páginas de reflexão. Procurando abdicar de um qualquer sentimento patrimonial – em momento algum põe em causa a independência do país, considerando-a antes como um fato inevitável da história brasileira –, o escritor integralista debruça-se atentamente sobre a história da nação brasileira e da respetiva contribuição portuguesa. A obra de Sílvio Romero, e em particular, *O elemento português do Brasil*, conferência pronunciada pelo historiador e ensaísta em 1902 no Real Gabinete de Leitura, marca fortemente o seu pensamento nesta matéria.

A partir de 1923 Sardinha inicia assim um processo de aproximação ao Brasil e aos seus intelectuais. Assim o prova a sua correspondência com destacados nomes das elites intelectuais brasileiras de diversos horizontes culturais, embora quase todas conotadas com o tradicionalismo. Elísio de Carvalho, Oliveira Lima, Gilberto Freyre, Jackson de Figueiredo ou Ronald de Carvalho são figuras regularmente solicitadas por Sardinha. Fidelino de Figueiredo parece ter sido o introdutor de Sardinha junto de algumas destas personalidades brasileiras, nomeadamente no que toca o historiador José de Oliveira Lima.⁵ Um primeiro resultado prático desta iniciativa será o número 11 da Revista *Nação Portuguesa* (1923), especialmente consagrado ao Brasil. O referido número contava com as contribuições de Oliveira Lima e Gilberto Freyre, assim como as de algumas das mais destacadas figuras do Integralismo Lusitano. Curiosamente, também ali escrevia Bettencourt Rodrigues, um dos principais militantes da causa da Confederação Luso-Brasileira. A essa questão nos referiremos mais adiante⁶.

⁵ Assim o confirma a leitura das Cartas de Fidelino Figueiredo para Sardinha, quase todas datadas de 1923. Ver, em particular, carta de 26 de Abril de 1923, Espólio de António Sardinha, caixa 18, Universidade Católica Portuguesa, Lisboa, Biblioteca João Paulo II (BUJPII-UCP).

⁶ Ver nota 10 do artigo de Paulo Dias Oliveira. “Da Filosofia Política à Cultura Nacionalista”, *Cultura*, v. 26, 2009, p. 155-171. Nela o autor detalha o conteúdo deste número especial: Afonso Lopes Vieira, “Saudação ao Brasil”; J. Lúcio de Azevedo, “Da história da colonização do Brasil referida às missões religiosas”; Manuel Múrias, “A língua portuguesa no Brasil”; Bettencourt Rodrigues, “Portugal-Brasil e a diplomacia inglesa; Carlos Malheiro Dias, “A gênese da colonização do Brasil”; Direção, “Oliveira Lima”; Gilberto Freyre, “O Sr. Oliveira Lima em Portugal”; Luiz d’Almeida Braga,

Intitulado “A Lição do Brasil” e dedicado ao seu amigo brasileiro Jackson de Figueiredo, o artigo com que Sardinha contribuía para este número é de capital importância para se compreender a sua relação intelectual e sentimental com o Brasil⁷. Como tantos outros intelectuais da sua época, António Sardinha “sentiu” o Brasil como sendo “a melhor criação de Portugal.” Mas a verdade é que também tinha, e de maneira bem singular, uma leitura precisa dessa lusitana “criação.” Servindo-se da habitual retórica, o chefe integralista procura com efeito demonstrar que o Brasil, enquanto nação prometida a um grandioso futuro, fora o resultado das duas “disciplinas” de tradicionalismo:

Um nacionalista português, ao ocupar-se do Brasil encontra no exemplo que lhe oferece a florescente nação de além Atlântico argumentos decisivos para se fortalecer na sua fé e redobrar de ardor no seu apostolado. E porquê? Porque, precisamente, o Brasil – criação inconfundível do génio de Portugal, seu filho primogénito, seu morgado e esplêndido continuador, resultou como nacionalidade das forças tradicionais que fizeram a nossa Pátria e que o nosso nacionalismo se impôs defender e reabilitar: – a Igreja e a Realeza (SARDINHA, 1934, p. 188-189).

A “lição” do Brasil seria esta: ter sido exemplar em matéria de ilustração das virtudes tradicionalistas. Sardinha reconhecia que a monarquia não era autóctone nos países sul-americanos, nem de fato defendia o imperativo absoluto de uma restauração monárquica no continente sul-americano. Tal constatação servia-lhe apenas de pretexto para melhor insistir no fato de a democracia também não ser autóctone na América Latina e de não passar, afinal, de um mero “plagiatos pernicioso” das ideias europeias. Em contrapartida, e recorrendo ao historiador Oliveira Lima, com quem mantém alguma correspondência em 1923-1924⁸, uma “verdade” lhe parecia irrefutável: a de que a monarquia “salvara” o Brasil da instabilidade que grassara no continente durante as guerras da independência. Vale ouvir Oliveira Lima citado por Sardinha:

“Das belas letras brasileiras”; José Augusto Vaz Pinto, “O futuro político do Brasil”; Direção, “A retirada para o Brasil”; António Sardinha, “A lição do Brasil. A Jackson de Figueiredo”; Direção, “D. Luís da Cunha e o Brasil”

⁷ O artigo em questão foi publicado em *A “Prol do Comum”... Doutrina e História*, Lisboa, 1934.

⁸ Dezesesseis cartas de Oliveira Lima encontram-se no espólio Sardinha da BUIPII-UCP, caixa 27. A correspondência inicia-se ente abril e maio de 1923 e prolonga-se por alguns meses até a morte de Sardinha em janeiro de 1925. As cartas de Oliveira Lima incidem essencialmente sobre pontos de história portuguesa do Liberalismo e de D. João VI no Brasil.

No meio Brasileiro a monarquia realizou plenamente a sua função protetora das regalias e liberdades de uma grande massa inculta e portanto incapaz...Foi assim que conseguiu na América latina, num período anárquico para quase todo o resto do continente, representar a paz doméstica associada à liberdade. O que o cesarismo de Bolívar não logrou alcançar (...) alcançou-o completamente o Império de D. Pedro.(...) A monarquia brasileira foi no século XIX o regime político verdadeiramente adequado ao *status social* na América latina (SARDINHA, 1934, p. 218).

Não sendo pois um convicto defensor da restauração monárquica no Brasil, Sardinha não reflete menos na questão. Socorrendo-se desta feita das palavras de Maurras no prefácio ao livro de Marius André *La Fin de l'empire espagnol d'Amérique* (MAURRAS, 1922) escrito em 1922, o escritor integralista volta a insistir num ponto importante: o de que monarquia, república não seriam senão instrumentos e, de modo algum, finalidades em si mesmas. Cada um deles, prossegue Sardinha pela voz de Maurras, “vale o que vale para dar aos povos, a ordem, o progresso, a justiça e a paz. Em certos países a república é uma necessidade nacional. Há outros em que, como observou Renan, a palavra é sinónimo de ‘um certo desenvolvimento democrático malsão, encorajador de um estado de excitação e anarquia. Nestes últimos países a monarquia é autóctone. Neles, e por muito tempo, ela assegurou a segurança, a força, a influência e a honra” (SARDINHA, 1934, p. 216-217).

Para Sardinha estava pois em causa defender no Brasil a Contrarrevolução, mas não expressamente a contrarrevolução monárquica. A restauração da ordem, da tradição, do “conceito perdido da Cristandade” (SARDINHA, 1934, p. 221) eram, na opinião do escritor, os alicerces do nacionalismo brasileiro que, se não tinha de ser necessariamente monárquico, devia em contrapartida ser “abertamente contrarrevolucionário”, isto é, antiliberal, antidemocrático, antiparlamentar. Sardinha advogava assim, tanto para o Brasil, como para o continente sul-americano, o advento de um Estado forte, presidencialista, mas fundado no modelo da monarquia orgânica, isto é, o Estado corporativo que, para o bloco hispano-americano definia com as seguintes palavras:

Cumprir pois aos Estados hispano-americanos pelo presidencialismo e pela constituição duma segunda Câmara, recrutada na representação moral e social, corrigir a tara democrática que os infama e que lhes perturba o funcionamento regular das suas instituições. O Brasil, corrigindo a herança que recebeu do Império, terá um modelo a imitar e a aperfeiçoar (SARDINHA, 1934, p. 218-219).

Eram também estas as condições necessárias para assegurar, designadamente ao Brasil, a condição de potência mundial que o país procurava atingir. Na lógica de Sardinha o apogeu brasileiro seria, enfim, sinónimo de apogeu de uma civilização que, à semelhança de todas as “raças e nacionalidades de origem hispânica”, provava dispor de um “capital de Espírito” (SARDINHA, 1934, p. 190) suficientemente sólido para suplantar a miragem do materialismo e do individualismo “desnacionalizadores”, heranças indesejáveis da Revolução francesa. Não era outro, para Sardinha, o sentido da grande obra de “renovação latina” que também incumbia ao “nacionalismo brasileiro”.

Elísio de Carvalho (1880-1925), intelectual brasileiro nacionalista, mas não católico, diretor da revista *América Brasileira* (1921-1924), assim como Jackson de Figueiredo (1891-1928), criador em 1922, no Rio, do Centro Dom Vital, reagiram favoravelmente, nas cartas que escreveram a Sardinha, ao artigo que este consagrara ao Brasil⁹. Jackson de Figueiredo é particularmente contundente nos comentários, e, sobretudo, nos problemas que insinua acerca do relacionamento Portugal-Brasil:

A Lição do Brasil é uma bela página, plasmada sobre eternas verdades morais, e contendo algumas verdades de ordem particular sobre o Brasil. Uma coisa porém devo dizer-lhe: estimava imenso que viesse até cá. Já ao Fidelino [Figueiredo] esta viagem fez muito bem, e não pouco resultou também para as relações entre o meio brasileiro e o português. E o Fidelino não tem por si um sistema de ideias tão definidas como as suas. Suponho que o Brasil lucraria muitíssimo se um católico, um homem de tão grande visão como Você, viesse dizer-lhe que há um certo Portugal que cada vez mais lhe está irmanado em Jesus Cristo e na diamantina tradição católica, e não sobre as tristes e lastimáveis ilusões que mantém sobre a sua influência no Brasil¹⁰.

Jackson de Figueiredo estava de certo modo a avisar Sardinha das dificuldades que a aliança peninsular e hispano-americana poderia colocar. Mas neste estádio era sobretudo no futuro da Confederação Luso-brasileira, que pensava. Sardinha não foi indiferente à questão.

⁹ Espólio António Sardinha para Elísio de Carvalho, carta de 1.04.1924, Caixa 357, BUPJII-UCP. Ver para Jackson de Figueiredo, carta de 3.04.1924, Caixa 21, BUPJII-UCP

¹⁰ Espólio Sardinha, Jackson de Figueiredo, carta de 3.4.1924, Caixa 21, BUJPII-UCP. Sublinhados no original.

Hispanismo e Confederação luso-brasileira: a leitura de António Sardinha

Convém efetivamente recordar que a defesa e ilustração da utopia hispanista e hispano-americana, plasmada no livro *Aliança Peninsular*, surgiam numa época e conjuntura em que os projetos e sonhos de confederalismo luso-brasileiros não estavam ainda muito longe das mentes de alguns intelectuais portugueses e brasileiros. Nascido, como bem lembra Ernesto Castro Leal, no início do século XX sob forma de ideal de aproximação cultural e política entre as duas margens do Atlântico, em 1924 o sonho confederalista começava não obstante, e ainda segundo Castro Leal, a perder fôlego. A conjuntura política em Portugal e no Brasil, ambos caminhando para o advento dos respetivos regimes ditatoriais, bem como o próprio clima internacional, não se prestavam a projetos federalistas fundados no “pacifismo” e ao serviço da paz perpétua e do bem comum” (LEAL, 2010).

Um intenso debate, porém, animara entre 1900 e 1924 intelectuais dos dois países. Bettencourt, Ricardo Severo, João de Barros, entre outros, para o lado português, Sílvio Romero, Oliveira Vianna, Graça Aranha e João do Rio¹¹ no Brasil, discutiram entusiasticamente as vantagens e termos dessa aproximação. A revista *Atlântida* (1915-1920) congregou nas suas páginas uma boa parte da literatura que a esta questão foi consagrada nos dois países. A preservação da língua comum, o reforçar das relações bilaterais, a aliança política, económica e comercial destinada a converter os dois países num sólido bloco político e estratégico eram os objetivos mais diretamente visados pela Confederação. No horizonte de expectativas destes homens figurava no entanto uma outra e mais ambiciosa meta: a de um grande bloco luso-brasileiro suscetível de vir a constituir, através da necessária aliança com a Espanha e a América do sul, o “centro aglutinador de toda a latinidade” (LEAL, 2010, p. 1). Nessa época, a utopia “etnocultural, geopolítica e económica e social que devia ser concretizada gradualmente” (LEAL, 2010, p. 1) parecia fazer sentido. Não vingou, mas foi terreno de intensa circulação de ideias e de homens.

O hispanismo de António Sardinha surge também nesta conjuntura e é de algum modo a resposta original que o escritor integralista entende dar aos partidários da ideia da Confederação luso-brasileira. Não

¹¹ Sobre João do Rio a revista *Atlântida* e a latinidade ver: CAMILOTTI, Virgínia Célia. A revista *Atlântida* e a latinidade. In: PONCIONI, Claudia; ESTEVES, J.M. *Hommes de lettres, et la Res publica au Portugal et au Brésil*. Paris: Michel Houdiard, 2013. p. 195-2012

restam com efeito dúvidas de que o escritor esteve atento aos debates destes homens, chegando mesmo a estabelecer contato com alguns deles.¹² Tudo, no entanto, o opõe a eles: da sua concepção de hispanismo, sinônimo de civilização comum criada pela Península e fundada na tradição monárquica medieval e no catolicismo, ao próprio entendimento da “latinidade”. É que para Sardinha, e se uma síntese do seu pensamento nesta matéria é possível, a “única latinidade possível é a que nasce da Igreja”. A Península fora assim a “grande e diligente obreira desta latinidade –, “única” porque confinada a um espaço geográfico e religioso único” (SARDINHA, 1924, p. 419).

Sardinha opunha-se energeticamente, neste final da sua vida, à ideia de que a França ou a Itália reivindicassem a hegemonia em matéria de latinidade. Na sua ótica, o problema não se podia reduzir a uma questão de se saber quem melhor, entre os povos latinos, personificava o génio clássico greco-latino. Era sim vital rever o conceito de latinidade, começando por desmistificar “superstições” e, em particular, a da França como “mãe da latinidade” (SARDINHA, 1923, p. 414). Na prática, Sardinha entendia denunciar aquilo a que chamava o “latinismo mentiroso”, isto é, aquele que ignorara e excluía o catolicismo, e no qual o escritor integralista identificava as marcas do Renascimento e da Revolução, “negação absoluta da civilização ocidental” (SARDINHA, 1924, p. 416). Atribuindo à França da Revolução uma responsabilidade central no processo de degenerescência das sociedades latinas, processo esse que identifica com descristianização e desnacionalização, acusando-a de ter injustamente construído à “lenda negra” de uma Península obscurantista e imobilista, Sardinha propõe, nem mais nem menos, do que uma deslocação do centro aglutinador do conceito de latinidade para a Península Ibérica e a América hispânica, “impropriamente chamada”, segundo o escritor, de “latina”. A apologia do hispanismo encontrava assim mais um sentido. O hispanismo era latino, ocidental, porque simbolizava a resistência e a longevidade do catolicismo de “duas Pátrias que deram o seu sangue pela dilatação da lei Espírito –, e “espiritualizar” é “civilizar” não olvidemos –” (SARDINHA, 1924, p. 416). Maurras e Mussolini bem podiam, parecia Sardinha pensar, começar assim a rever as receptivas argumentações. É que, curiosamente, a sua teorização em torno do hispanismo como novo centro da latinidade, em tudo se assemelhava, como bem notou Paulo Archer de Carvalho, a uma forma de se distanciar, ou melhor, de se “alforriar”, particularmente de Maurras:

¹² Como o atesta a correspondência, sobretudo com Bettencourt Rodrigues.

É notória a demarcação de Sardinha da querela que, após o ascenso fascista em Itália, Mussolini e Maurras travam, relevando a primazia teórica e histórica do conceito [latinidade] e a sua utilidade pragmática. Em reação àquela disputa pela hegemonia da latinidade, António Sardinha aprofundou a teoria hispanista em *A Aliança Peninsular*, refletindo sem dúvida esses mais de dois anos de exílio espanhol. A tese, mantendo o cariz autoritário, é a sua carta de alforria definitiva em relação a Maurras e marca, com o selo divino e ecuménico, a sua diferença face ao emergente fascismo, cujo violento fluxo de «realizações práticas», as do *popolo fascista*, só pode observar até janeiro de 1925, mas o suficiente para delas se demarcar (CARVALHO, 2012, p. 20).

Para Sardinha, e bem longe de Maurras, só os Hispanos, pois, e dos dois lados do Atlântico, poderiam levar a cabo a obra de “renovação latina” que continha em si mesma a ideia de “Ordem Nova” (SARDINHA, 1924, p. 233). A escassos meses da sua morte mais uma vez assim define Sardinha o papel dos Hispanos e Hispano-americanos no mundo:

À Ordem-Nova trazem os hispanos a sua ideia de vida, – a sua conceção de ‘homens’ não como ‘indivíduo’, mas como ‘pessoa’. À Ordem-Nova trazem os hispanos, conseqüentemente, o seu aferro ao elemento absoluto da existência e, portanto, à Teologia do Ser, à supremacia criadora do Espírito. (...) Semeadores de nacionalidades (...) nós dispomos de um agrupamento humano – a Península e a América Hispânica –, em que apoiar, para o seu inevitável ressurgimento, a combalida civilização ocidental. Já agora não é outro o nosso destino de povos difamados e caluniados: – sermos eternamente missionários, sermos magnífica e desprendidamente apóstolos! (SARDINHA, 1924, p. 233).

Pelo hispanismo, e através de um entendimento da latinidade que pressupunha essencialmente os povos de língua portuguesa e espanhola, Sardinha afastava-se também do panlatinismo que dominava as ambições da Confederação Luso-Brasileira. Era decerto sensível ao sonho de um bloco estratégico abrangendo os dois lados do Atlântico, e ainda mais a Bettencourt Rodrigues, com quem se escreve e que muito respeita, e que não para de lhe recomendar: “Primeiro um entendimento com o Brasil, e só depois com a Espanha”¹³ Mas, como já referido, tinha

¹³ Carta de Bettencourt Rodrigues a Sardinha, de 26.07.1923, Espólio António Sardinha, Caixa 123, BUJPII – UCP.

dúvidas em quase tudo: quanto às intenções que moviam os partidários da Confederação, quanto aos emissários portugueses da aproximação luso-brasileira, que manifestamente lhe desagradavam:

É certo que num desconhecimento total de todas as dificuldades que rodeiam o delicado problema da aproximação brasileira, se fala cá e lá a cada momento na Confederação –, nada menos que na Confederação, meus senhores ! –, de Portugal e Brasil. É certo que se ignora inteiramente que o Brasil, na outra margem do Oceano, repetiu, com elementos próprios, o *processus* de desmembração histórica que Portugal efetivou na Península para com o bloco asturo-leonês-castelhano. Enganam-se e enganam-se torpemente! – os que nos julgam ‘eterna metrópole’, julgando o Brasil ‘colônia perpétua!’ Mas por semelhante e abominável concepção terá de se verificar somente que em Portugal o Estado em nada representa a ação e que os intelectuais, marca Júlio Dantes, exportados diariamente para o Rio nos anúncios telegráficos das grandes agências de informação, não dispõem da menor raiz no sentimento e na consciência coletiva em Portugal (SARDINHA, 1924, p. 442. Itálicos no original)¹⁴.

Antônio Sardinha não teve tempo para concluir a sua reflexão em torno do relacionamento luso-brasileiro no quadro mais alargado do hispanismo. Teve não obstante tempo para observar que, no Brasil, a ideia de uma aproximação com Portugal não tinha, tanto nos meios intelectuais quanto políticos ou econômicos, o consenso geral. Daí talvez a prudência que se sente em tudo quanto escreve sobre a matéria. Jackson de Figueiredo, como já aqui referimos, terá decerto tido alguma responsabilidade na reserva de Sardinha nesta matéria. Leia-se, em 1923 o seguinte passo de uma carta de Jackson Figueiredo:

Agora mesmo estão aqui o Júlio Dantas, o Albino Forjaz Sampaio etc a pregarem a confederação luso-brasileira, heroísmos da Raça etc, iludidos, coitados, com o barulho que a colônia portuguesa faz em redor deles e com a delicadeza dos nossos meios oficiais. Mas basta que se exaltassem mais um pouco, para que logo retomasse, no seio do nacionalismo, a grita contra os portugueses, e não é pequeno o número de protestos que já vão provocando. Afinal, nada mais conseguiram que reavivar o caso português, já mais ou menos amortecido no movimento nacionalista (...). Creio que

¹⁴De notar que Sardinha colocava uma nota de rodapé a este excerto. Eis os termos: “Escrita esta página antes do aparecimento do livro do doutor Bettencourt Rodrigues, claro que não nos referimos a tão elevada manifestação de patriotismo”. O livro era *Uma Confederação Luso-Brasileira. Prováveis alianças e agrupamentos de nações. Fatos, opiniões e alvitres*, Lisboa, 1923.

são boas as suas relações com o meu querido amigo Fidelino de Figueiredo. Pois bem : pergunte-lhe se tenho ou não razão no que lhe estou a dizer. A ele, por este mesmo correio, envio um pouco de documentos relativos à boa aproximação conseguida pelo Júlio Dantas, Forjaz etc. na sua audácia simplista de apóstolos do que, no Brasil, é tido por absolutamente ridículo. Quando Você quiser avaliar quanto pesa na opinião brasileira (e o Brasil não é o Rio) a ideia da confederação, parta primeiro desta triste realidade: que o intelectual de mais brilho que, no Brasil, ousou falar nisso foi o pobre João do Rio, criatura sem nenhum relevo moral e que, mesmo intelectualmente, nunca passou de um cronista interessante, um simples homem de jornal, que soube, conscientemente, explorar a vaidade de alguns gros bonnets do comércio português no Rio e no Paraná¹⁵.

Não pode ser mais negativa a visão do escritor católico brasileiro acerca do projeto confederador. Sardinha não ignorava pois o quanto os meios brasileiros, e em particular o dos nativistas, dominados por fortes sentimentos antilusitanistas e desejosos de “inventarem uma ‘tradição americana’ oposta à ascendência e legado portugueses”, rejeitavam a ideia da Confederação (GUIMARÃES. 2002, p. 121). E também sabia que, mesmo no seio da comum família do tradicionalismo e do catolicismo brasileiro, tal ideia também não parecia querer medrar. Disseram-lhe, sem dúvida, as cartas de Jackson de Figueiredo, mas também o “patriotismo alarmado” do escritor brasileiro, no seu livro, publicado em 1921, *Do Nacionalismo na hora presente*. A esta obra, que Sardinha, só lerá em 1923¹⁶, responderia aliás em *Aliança Peninsular*:

Jackson de Figueiredo participa um tanto da lusofobia dos nativistas, como, com mágoa, conclui da leitura do seu opúsculo *Do Nacionalismo na hora presente*. Aponta justamente aí Jackson de Figueiredo a diferença que há para um americano na revolução, ou seja, ‘na violenta separação que estabelecemos entre nós e as metrópoles’ (...), e a Revolução, quando, fato moral e ideológico, importa a negação dos dogmas nacionais, ‘paralela quase sempre à negação religiosa’. O desacordo começa, porém, quando assinalando ao português a sua qualidade de ‘estrangeiro’ no Brasil, o considera no menos pé de igualdade que o ‘francês, o alemão ou o japonês’. Eis onde nos distanciamos profundamente (SARDINHA, 1924, p. 440).

¹⁵ Jackson de Figueiredo para A. Sardinha, Carta de 10.07.1923, Espólio Sardinha, Caixa 21, BUJPII-UCP. Sublinhados no texto original.

¹⁶ Conforme consta da carta de 10.7. 1923, Espólio Sardinha, Caixa 21, BUJPII-UCP, na qual Jackson de Figueiredo o informa do envio da obra e lhe recomenda que “o medite na certeza de que ali há um amigo leal da cultura portuguesa”.

O fato de Jackson de Figueiredo – com quem se dizia sentir irmanado “na dupla fê religiosa e tradicionalista” (SARDINHA, 1924, p. 440) –, considerar, à semelhança dos nativistas brasileiros, que um português no Brasil não passava de um mero estrangeiro, era razão de sobra para alimentar as suspeitas de Sardinha quanto às dificuldades futuras de uma aproximação entre os dois países. Tal constatação não o impediu, mesmo assim, de reagir e procurar as razões de tal animosidade. Insistindo nas supostas amenidades da colonização portuguesa do Brasil – “criadora de povos e não simples ocupadora de territórios” (SARDINHA, 1924, p. 439), lamentando o “ódio romântico que as nacionalidades hispânicas do Novo Mundo votavam à Península, – sua grande madre” (SARDINHA, 1924, p. 438), Sardinha recomendava aos intelectuais do país irmão a leitura atenta de *A Ilusão americana*, livro do escritor monárquico brasileiro Eduardo Prado, publicado em 1893. Na obra e teorização de Prado, apostada em denunciar o crescente intervencionismo e hegemonia norte-americana na América latina, encontrava Sardinha a explicação da lusofobia brasileira: seria ela a “consequência de uma longa e persistente infiltração estrangeira” (SARDINHA, 1924, p. 438) e, nomeadamente, norte-americana.

Na ótica de Sardinha, que era também a de Eduardo Prado, vítima do despotismo financeiro dos Estados Unidos, a América hispânica, e o Brasil em particular, tão fascinado já pelo seu vizinho setentrional, arriscavam-se claramente a ser absorvidos econômica, política e espiritualmente pelos EUA. Pessimista, e fortalecendo o seu pessimismo na leitura do venezuelano Rufino Blanco-Fombona¹⁷, Sardinha via nesta perspectiva a possibilidade de uma autêntica futura guerra de “raças”: as de origem hispânica, peninsular, isto é, católicas, idealistas e solidárias, e as da Europa do Norte, protestantes, “sanchopanescas” no seu materialismo, e individualistas (SARDINHA, 1924, p. 438). Para a evitar, só a reconciliação do Brasil com o seu passado – católico e “hispânico” no sentido peninsular que Sardinha lhe emprestava –, se

¹⁷Rufino Blanco Fombona (1874-1936), destacado escritor e político venezuelano é o autor do prefácio de um outro importante livro também copiosamente citado por Sardinha em *Aliança Peninsular*. Referimo-nos a, *El crimen de Woodrow Wilson*, do escritor mexicano, católico e conservador, Carlos Pereyra (1871-1942). Veja-se a, título de exemplo, o forte antiamericanismo de Pereyra em 1917: “El presidente de los Estados Unidos asume actualmente, según su propia expresión, ser la primera autoridad moral del mundo. Y es verdad. Su apostolado, cualquiera que sea este apostolado, tiene dos grandes elementos que lo hacen formidable: mucho oro por dentro y mucha Biblia por fuera. Con el poder convincente de la corrupción y la magia filisteia de las palabras, se puede fundar una superchería universalmente victoriosa”, *El crimen de Woodrow Wilson*, presentación de Rufino Blanco Fombana, Madrid, Editorial América, 1917, p. VI-VII.

impunha como caminho. Só esse catolicismo, aquele que os hispanos haviam criado e “insuflado” à América do Sul, sinônimo de latinidade e de Ordem, poderia constituir a sólida muralha contra a “bancarrota evidente do industrialismo e do capitalismo – ou seja, da concepção materialista da vida” (SARDINHA, 1943, p. 245).

Longe pois das preocupações e objetivos da Confederação luso-brasileira, Sardinha via no “ressurgimento do conceito perdido do Catolicismo”, tarefa para a qual acordavam Portugal e Brasil –, a única via para um qualquer entendimento entre as duas nações. Jackson de Figueiredo parece dar-lhe razão:

Só a verdadeira cultura, a cultura cristã, pode dar às relações luso-brasileiras um caráter ainda mais íntimo e mais seguro. Mas esta tem que sempre reconhecer os fundamentos necessários da nossa absoluta separação política, por visto que o meio americano apresenta uma complexidade, que não é a europeia, e todo o seu esforço é, há anos, no sentido justamente da autonomia. Só quando este se completar no domínio económico, se poderá ver quanto pode o sangue cristão como força de ligação entre os dois meios ocidentais, quem sabe se então em luta aberta com o perigo oriental...¹⁸.

O sentido da sua Contrarrevolução – espiritual, religiosa, civilizacional antes de qualquer outra –, encontrava nesta forma de entendimento com o Brasil mais uma razão para se consolidar e “universalizar”. Por isso mesmo, ou melhor, também por isso mesmo escrevia, em 1923-1924: “Adversários, tanto Portugal como o Brasil, do cosmopolitismo ideológico da Revolução” o universalismo que a ambos se impõe é o da Contrarrevolução. Estendamos as mãos por cima do Oceano (SARDINHA, 1934, p. 221). Outro não era igualmente o sentido do seu ardente convite em 1924: “Acima Hispanos de ambos as margens do Atlântico!” (SARDINHA, 1924, p. 445-446).

Considerações finais

Com o livro *Aliança Peninsular*, António Sardinha iniciou, como dissemos no início deste trabalho, a sua última batalha intelectual. Não chegou a entrar na arena, mas a obra levantaria rija celeuma em Portugal. Mal recebido, mas sobretudo mal lido, o livro dividiu e irritou

¹⁸ Carta de 10.07.1923. Espólio Sardinha, Caixa 21 BUJPII-UCP.

a *intelligentsia* portuguesa durante um período de tempo anormalmente longo. Como o seu autor, aliás.

Assim, em 1925, para os republicanos, e para muitos monárquicos também, o chefe integralista não fazia mais, com a sua apologia do hispanismo, do que assinar nova provocação política. Para quase todos eles, não era de unidade espiritual e aliança política e econômica que Sardinha falava, mas sim de entrega pura e simples de Portugal à Espanha. Sob a sua figura e desempenho político e intelectual passava agora a pesar nova suspeita: a de antipatriotismo. António Rodrigues Cavalheiro (1906-1984), integralista da segunda geração, reuniu na sua obra de 1974 *António Sardinha e o Iberismo, Acusação Contestada* as críticas mais virulentas ao hispanismo de Mestre Sardinha. Delas se destaca a condenação pública de Franco Nogueira, em 1972, para quem a *Aliança Peninsular* só podia conduzir à diluição de Portugal numa Península espanhola, e apenas espanhola.

Emblemática do mal-estar que a obra causou, a análise de Franco Nogueira nem por isso nos parece totalmente isenta de preconceitos e falhas de apreciação. Confundindo o *peninsularismo* de Sardinha com *iberismo*, que o escritor integralista recusava por lhe parecer uma “criação maçónica” suscetível de comprometer a independência política de Portugal, acusando o escritor integralista de “não possuir uma visão histórica dos acontecimentos”, o célebre ministro de Salazar reduziu a pregação hispânica de Sardinha a uma mera “construção artificial, literária, emocional, quase se diria provinciana” (NOGUEIRA, 1971, p. 390). Há em parte algum fundamento neste juízo. Inacabada, não afinada na sua argumentação, a teorização de Sardinha carece por vezes de clareza, não responde totalmente às dúvidas e ceticismos que suscitam a sua apaixonada apologia do hispanismo. Mas nem por isso se está perante um descabelado delírio de poeta menor convertido em aprendiz de historiador.

A *Aliança Peninsular* torna-se com efeito mais clara quando integrada no quadro mais alargado de uma outra e central meditação de Sardinha neste período da sua vida: a da Contrarrevolução, repensada e reformulada à luz da sua própria evolução espiritual e política. Não eram assim as “restaurações políticas” que o interessavam no imediato. Sardinha continuava a acreditar na sua monarquia social, cristã. Via-a como instrumento da Liberdade de um povo, acima do rei e não patrimônio real, guardião da Liberdade dos povos e dos foros, isto é, da Tradição que, para ele, era nada mais nada menos do que sinónimo de Liberdade, tudo bem plasmado, aliás, no lema do Integralismo: *Nos*

liberi sumus, Rex noster liber est, manus nostrae nos liberverunt (“Nós somos livres, o nosso Rei é livre, as nossas mãos nos libertaram”)¹⁹.

Mesmo se a sua crença no princípio monárquico não nos parece questionável, certo é, porém, que Sardinha se encontrou, juntamente com os integralistas e nos anos de 1922-24, perante um impasse, ou melhor, perante a armadilha criada pela sua própria utopia monárquica. Curiosamente, foi um destacado republicano espanhol, Luis Araquistain, quem melhor, a nosso ver, explicou este impasse, ao fazer em 1925, no prestigiado jornal independente *El Sol*, o seu elogio fúnebre. Longo, o excerto abaixo vale bem uma leitura atenta:

Compreende-se que este conceito de monarquia, superior aos reis, liberal, antipatriomonal e antiparlamentar, tivesse poucos adeptos na República portuguesa; uns, como o ex-rei D. Manuel, não conseguiam entendê-la, imbuídos que estavam de constitucionalismo partidário; outros, porque ainda que reconhecessem as vantagens do princípio monárquico como instrumento de estabilidade política e continuidade histórica, temiam os perigos de vê-lo encarnado em pessoas que dessem em imaginar, como o rei francês, que o Estado, eram elas. Razão tinha Sardinha em pensar que uma democracia parlamentar contradiz e destrói a natureza íntima e primitiva de uma monarquia. Contudo, para uma democracia monárquica, como era em substância a que ele defendia, onde encontrar a dinastia perfeita, que reinasse e governasse, sem ceder à tentação de converter a pátria num património? Muito a procuraram, Sardinha e os seus amigos, os integralistas lusitanos, entre os vários membros da dinastia derrocada; mas sem êxito, porque o que queriam, mais do que um homem de carne e osso, era um ideal humanizado, e isso, desde Cristo, raras vezes se encontra. Dessa maneira o integralismo lusitano, de que Sardinha foi a alma, transformou-se num partido monárquico sem rei nem pretendente, isto é, numa insolúvel contradição entre a ideia pura da monarquia e a realidade psicológica das suas encarnações, em suma, numa impossibilidade política²⁰.

¹⁹O lema do movimento Integralista fora decalcado do célebre “grito de Almacave”, supostamente pronunciado pelos procuradores dos Conselhos representados nas Cortes de Lamego entre 1139 e 1143 e convocados por D. Afonso Henrique. Este episódio, identificado até ao século XIX com a própria fundação do Reino de Portugal, foi revisto e analisado por Alexandre Herculano, que provou não terem estas cortes existido, resumindo-se a questão à fabricação pelos monges de Alcobaça, no século XVII, de um mito destinado, em pleno período de ocupação espanhola, a manter viva a legitimidade do direito português à independência.

²⁰ARAQUISTAIN Luis, “Antonio Sardinha”. In: *El Sol. Diario Independiente*, janeiro de 1925. Arquivo privado da Família de António Sardinha. Tradução nossa.

Para lá das diferenças ideológicas que opõem Sardinha e Araquistain, e que em nada impedem o diálogo entre ambos²¹, para lá do recurso a conceitos discutíveis aplicados ao modelo monárquico integralista, como por exemplo, “monarquia democrática”, a questão da inviabilidade da monarquia cristã de Sardinha e companheiros, está bem colocada. Araquistain, que com Sardinha se encontra pela primeira vez em Lisboa no verão de 1923, pressentiu com notável clarividência as contradições e impasses em que se debatia o seu amigo monárquico nesta última fase da vida.

Confrontado com efeito com estas e outras dúvidas, Sardinha enveredara assim por um caminho que lhe parecia mais promissor do que qualquer outra “desastrada” aventura de restauração política. Agora, interessava-lhe sobretudo a preparação de um clima moral e espiritual propício à “cruzada de salvação nacional.” (SARDINHA, 1934, p. 286). Só assim, se poderia “produzir e educar a elite que inevitavelmente, mais hoje, mais amanhã, há de irromper das reservas últimas da coletividade.” (SARDINHA, 1934, p. 286). Diante disso e da crise que no seu entender atravessava a civilização ocidental, não espanta que tivesse encerrado a sua obra, sem saber ainda que assim seria, com o juízo que tanto inquietou e surpreendeu correligionários e opositores:

Monarquia? República? Oh a balbúrdia ignóbil dos mitos que nada exprime! O drama vem de mais longe e o seu conflito é bem mais patético. Dum lado a Matéria, com o seu cortejo de ‘conservadores’ e de ‘radicais’, adorando o mesmo deus – o Ouro omnipresente e aliciente. Do outro lado o Espírito, contrapondo-lhe o inefável sorriso da primeira alvorada do mundo –, da alvorada inigualável da Criação (SARDINHA, 1934, p. 286).

O livro *Aliança Peninsular* falava desta inquietação nova que invadia António Sardinha. Obcecado com o futuro do Ocidente, leitor atento de Spengler, mas em total desacordo com o filósofo alemão, Sardinha via na assembleia dos povos peninsulares e hispânicos, que se obstinava a considerar unidos por um mesmo projeto civilizacional, moral e religioso, uma forma original de deter o processo de decadência ocidental. Na união dos hispanos em torno do ressurgimento do cristianismo tomista, e, por conseguinte, de uma nova era do Espírito,

²¹No espólio Sardinha, BUJPII-UCP, Caixa 258, existem apenas duas cartas e um postal de Luis Araquistain a António Sardinha, datadas de 1923. A sua leitura deixa perceber as excelentes relações que os dois homens tinham começado a estabelecer.

se apoiava Sardenha para construir mais esta pura abstração intelectual. O Brasil, hispânico em termos culturais e morais, era uma parte natural deste dispositivo. Para Sardenha não eram pois precisas confederações luso-brasileiras. As duas nações, naturalmente ligadas, apesar das suas diferenças, estavam também naturalmente vocacionadas para levar a cabo, juntamente com os povos do mesmo tronco, a instauração de uma Ordem Nova, isto é, autoritária, católica e “hispânica”.

Era este, de algum modo, o testamento de Sardenha, a sua derradeira utopia contrarrevolucionária envolvida nas vestes do hispanismo. Com ele, irritou muita gente e suscitou também alguns discípulos, sobretudo em Espanha e no Brasil. Se tivesse vivido mais tempo é bem possível que o “doutrinário puro”, senhor de uma “razão demasiada abstrata para se impor à razão oportunista da época moderna”²², pudesse ter irritado e fascinado ainda mais muitos outros setores da vida política e intelectual portuguesa.

Referências

- ANDRE Marius. *La fin de l'empire espagnol d'Amérique*. Paris: Nouvelle Librairie Nationale, 1922.
- ASCENSÃO, Leão Ramos. *Integralismo lusitano*. Porto: Edições Gama, 1943.
- BARROS, João de. *A aproximação luso-brasileira e a paz*. Paris-Lisboa: Aillaud-Bertrand, 1919.
- BRAGA, Luís de Almeida. *Posição de António Sardenha*. Conferência proferida no Salão de Estudos Portugueses da Câmara Municipal do Porto. Lisboa: 1943.
- CAMILOTTI, Virgínia Célia. *João do Rio: ideias sem lugar*. Uberlândia: Minas Gerais, EDUFU, 2008.
- CARVALHO, Paulo Archer de. Integralismo lusitano: reação, recristianização, retorno. *Locus – Revista de História*, v. 18, n. 1, p. 13-31, 2012.
- CAVALHEIRO, António Rodrigues. *António Sardenha e o iberismo, acusação contestada*. Lisboa: Biblioteca do Pensamento Político, 1974.
- CERVERA PERY, José. Sánchez De Toca y el concepto del Poder Naval. *Cuadernos Monográficos del Instituto de Historia y Cultura Naval*, Madrid, n. 57, 2008.
- CUEVAS, Carlos González. El Integralismo lusitano: su recepción en España: *Proserpina*, n. 11, p. 79-110, 1995-1996.
- DESVIGNES, Ana Isabel Sardenha. *António Sardenha (1887-1925)*. Um intelectual no século. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 2006.
- GOMES, George. *António Sardenha*. Du Séparatisme hostile à l'Aliança Peninsular (1915-1924). Paris: École Pratique des Hautes Études, 2011.

²² Palavras de Luis Araquistain, artigo referido.

- GOMEZ, Hipólito de la Torre. *Do “perigo espanhol” à amizade peninsular: Portugal-Espanha (1919-1930)*. Lisboa: Estampa, 1985.
- GONÇALVES, Marcos. Nostalgia e exílio: o intelectual católico Galvão de Sousa e a ideia de “Hispanidade”. *História: Questões & Debates*, Curitiba, n. 55, p. 111-135, 2011.
- GUIMARÃES, José Marques. A Origem do Nativismo no Brasil. *Interações*, n. 2, Coimbra, ISMT, p. 124-136, 2002.
- LEAL, Ernesto Castro. A ideia de confederação luso-brasileira nas primeiras décadas do século XX. *Ibérica – Revista Interdisciplinar de Estudos Ibéricos e Ibero-Americanos*. v. 4, n. 12, p. 5-20, 2010.
- LOFF, Manuel. *O nosso século é fascista*. O Mundo visto por Salazar e Franco. 1936-1945. Porto: Campo das Letras, 2008.
- MAURRAS, Charles. *Préface*. In: ANDRE Marius. *La fin de l’empire espagnol d’Amérique*. Paris: Nouvelle Librairie Nationale, 1922.
- NAÇÃO PORTUGUESA – Revista de Cultura Nacionalista, 2ª série, n. 11, 1923.
- NOGUEIRA, Alberto Franco. *As crises e os homens*. Lisboa: Ática, 1971.
- OLIVEIRA, Paulo Dias. Da Filosofia Política à Cultura Nacionalista. *Cultura*, v. 26, p. 155-171, 2009. Disponível em <<http://cultura.revues.org/46>>. Acesso em: 16 ago. 2014.
- PONCIONI, Cláudia; ESTEVES, José Manuel Costa. In: *Hommes de lettres, et la Res publica au Portugal et au Brésil*. Paris: Michel Houdiard Editeur, 2013.
- PRADO, Eduardo. *A ilusão americana*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1933.
- RAMOS, Rui. *História de Portugal*. A segunda fundação – 1890-1926. Lisboa: Estampa, 1994.
- RODRIGUES, António Bettencourt. *Uma Confederação luso-brasileira: factos, opiniões e alvitre*. Lisboa: Clássica Editora, 1923.
- ROMERO, Sílvio. *O elemento português no Brasil*. Lisboa: Tipografia da Companhia Nacional, 1902.
- SARDINHA, António. *O território e a raça*. A questão ibérica. Lisboa: Comercial, 1916.
- _____. *A “Prol do Comum”... doutrina e história*. Lisboa: Ferin, 1934.
- _____. *A Aliança Peninsular: antecedentes & possibilidades*. Porto: Civilização, 1924.
- _____. *À lareira de Castela*. Vila Nova de Famalicão: Edições Gama, 1943.
- _____. *Durante a Fogueira*. Páginas da Guerra. Lisboa: Livraria Universal, 1927.
- SOUSA, José Pedro Galvão de. António Sardinha e nós. *Reconquista – revista bilingue de cultura*, São Paulo, n. 2-3, p. 85-106, 1952.
- TOCA, Joaquín Sánchez. *Del poder naval en España y su política económica para la nacionalidad ibero-americana*. Madrid: Imprenta de los Hijos de MG Fernández, 1898.